

Análise de aglomerações urbanas no Brasil

FANY RACHEL DAVIDOVICH
OLGA MARIA BUARQUE DE LIMA
Geógrafas do IBGE

Esse trabalho refere-se a estudos que vêm se desenvolvendo no Setor de Pesquisas Urbanas do Departamento de Geografia do IBGE, a respeito de formas espaciais estruturadas pelo processo de concentração urbana no País. Tais estudos tiveram como ponto de partida solicitações dirigidas ao IBGE pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR). Este órgão recorreu a subsídios geográficos, movido pela necessidade de identificar outras aglomerações urbanas brasileiras, além das áreas metropolitanas oficialmente estabelecidas.

Um trabalho dessa natureza leva a integrar interesses da esfera de governo, relacionados ao planejamento e execução de uma política urbana nacional, a interesses mais amplos da geografia urbana. Constitui-se, assim, em desafio para este campo geográfico, na medida que se propõe a desenvolver uma área do conhecimento urbano que, mesmo em países de economia avançada, é relativamente recente e se tem caracterizado por referências de curto prazo, quase sempre colocadas em evidência em momentos críticos da vida política das nações.

A contribuição da geografia depara-se, deste modo, com a possibilidade de não se restringir ao nível da descrição e do diagnóstico, mas de participar em outros segmentos do planejamento, particularmente no tocante aos objetivos e prioridades.

Situando nossos estudos dentro de um contexto, assinalaremos, em

linhas gerais, que eles se fazem em um momento em que a filosofia do Desenvolvimento Nacional se apoia principalmente na via do Desenvolvimento Urbano, a exemplo de outros países subdesenvolvidos; em que várias correntes de pensamento debatem a problemática urbana brasileira à luz de indicadores econômicos e sociais, que revelam efeitos do modelo social adotado; em que as concepções do planejamento tendem a superar abordagens locais e setoriais por um enfoque global e integrado, portanto não se limitando apenas a objetivos de provisão e eficiência de serviços e equipamentos urbanos à população; em que se levantam preocupações com temas mais abrangentes, como os da redistribuição de renda e da criação de empregos, que adquirem primazia em problemas de qualidade de vida nos grandes centros urbanos do País.

Os estudos realizam-se em etapas, correspondendo o presente trabalho a resultados parciais. Alinhamo-nos, assim, ao pensamento de Castells¹, quando salienta que a via da teorização deve fundamentar-se em tentativas parceladas de explicação de processos. Nesse tocante reafirma a validade das observações semiteorizantes e das meias-tintas, a importância da comunicação de linhas de experiência, como partes essenciais de um fecundo processo de ensaio e erro.

Uma primeira etapa dos estudos sobre aglomerações urbanas no Brasil indicou formas de estruturas espaciais elaboradas sob intenso processo de urbanização, contribuindo para o diagnóstico da situação urbana brasileira, à medida que identificou tipos de espaço resultantes da concentração progressiva da população². O emprego de critérios de caráter demográfico, de integração e de estrutura econômica, empiricamente adaptados às condições do País, permitiu distinguir:

— uma hierarquia de áreas urbanas, desde as de categoria metropolitana às de nível abaixo dessa categoria, compreendendo aglomerações de diferentes tipos: aglomerações resultantes da expansão de uma cidade central; aglomerações por processo de conurbação; aglomerações de cidades geminadas; aglomerações sem espaço urbanizado contínuo, cuja integração se faz pela complementaridade de funções;

— aspectos da configuração espacial que vêm assumindo o sistema nacional de cidades, através da articulação de centros em eixos e em áreas mais amplas, do tipo região urbana polinucleada.

Esses aspectos apontam para objetivos e instrumentos de ação de uma política urbana. Nesse particular, cabe assinalar que não nos propusemos ainda ao desenvolvimento conceitual do que se entende por política urbana. Podemos, por ora, assumir as idéias de Castells³ a esse respeito, quando se refere a planejamento urbano como a intervenção do sistema político sobre o sistema econômico, a nível de conjuntos sócio-espaciais específicos. A política urbana emerge como efeito dos desajustamentos do sistema, devendo fazer face às insuficiências geradas pelo processo de industrialização a nível de consumo e particularmente

1 Manuel Castells — "Problemas de Investigação em Sociologia Urbana", Biblioteca de Textos Universitários, Editorial Presença Ltda, Lisboa, 1975, p. 18.

2 Fany R. Davidovich e O. M. Buarque de Lima — "Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil", *R. Bras. Geogr.*, ano 37 n.º 1, jan./mar. 1975, p. 50-82.

3 Manuel Castells — op. cit.

de consumo coletivo. Identifica-se, assim, a problemas de gestão técnico-econômica e de controle sobre unidades espaciais cada vez mais complexas.

Dentro dessa ordem de idéias, as aglomerações definidas na primeira etapa dos estudos estão certamente a indicar a necessidade de novas formas de organização social, institucional e administrativa, destinadas a novas escalas de espaço, cuja repercussão se estende a outras áreas, urbanas e rurais; ou na medida que sirvam de base para alternativas diferentes de estruturação espacial do sistema urbano brasileiro.

Uma segunda etapa dos estudos refere-se à análise da estrutura econômica e social daquelas unidades de espaço urbano definidas e também da de municípios com cidades de 50 mil habitantes e mais, não incluídos naquelas aglomerações.

A seleção de variáveis (Censo Demográfico — 1970, IBGE) visou a identificar condições sócio-econômicas das principais concentrações urbanas do País em termos de atributos da população — atividades econômicas, rendimento mensal e acesso a bens duráveis, estrutura etária, nível de instrução, e condição de migrante; em termos de saneamento básico e iluminação elétrica ⁴.

Esse conjunto de variáveis não se exime, porém, de críticas. Entre outras, podem ser assinaladas:

— a imagem estática que fornecem, posto que se referem a um momento no tempo;

— a insuficiente desagregação de dados, como os da População Economicamente Ativa, cabendo o exame mais detalhado de sua estrutura, além do de sua produtividade; a impropriedade de algumas faixas etárias relacionadas a níveis de instrução.

Torna-se também necessário:

— complementar o instrumental estatístico utilizado com outras informações. No tocante aos migrantes, por exemplo, caberia recorrer a resultados de outras pesquisas na própria instituição, como ENDEF e PNAD, para distinguir o contingente que se orienta precipuamente para oportunidades sociais mais elevadas e o afluxo que poderia ser caracterizado como exército de reserva. Quanto ao saneamento básico, caberia a indicação não só da presença do serviço como de sua eficiência, dado o obsoletismo generalizado das instalações nas cidades brasileiras;

— explorar novos indicadores que se prestem a uma visão mais abrangente da noção de desenvolvimento ou que se enquadrem em uma teoria do subdesenvolvimento. Para vários autores, a associação da urbanização com desenvolvimento econômico e modernização, e a da mobilidade social com educação e renda, integração de migrantes e outras, não passam de dimensões parciais do desenvolvimento. Um tal conceito deveria ser mais abrangente, compreendendo necessidades humanas

⁴ As variáveis selecionadas figuram no Anexo I. Sua seleção foi feita por técnicos da SUEGE pertencentes ao Grupo de Pesquisas de Indicadores Sociais e ao Setor de Pesquisas Urbanas.

globais e implicando em transformações econômicas, políticas e culturais, não como um fim em si mesmas, mas como meios de aprimorar a qualidade da vida humana.

Relativamente ao uso de indicadores, caberia, por exemplo, identificar aqueles que não se reportassem apenas aos modelos de desenvolvimento do mundo ocidental ou a escalas macro de modernização, mas que considerassem o modo pelo qual sociedades diferentes concebem o desenvolvimento. Seria, portanto, admitir a variação qualitativa entre países e o fator tempo, tendo em vista a formulação de critérios que melhor definam condições de vias de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento.

Contudo, é inegável que indicadores econômicos, educacionais e demográficos se constituam em instrumental valioso para descrever condições da urbanização e conduzir a determinados níveis de explanação. O exame das variáveis permite constatações a nível inter e intra-regional, inter e intra-urbano, constatações essas que deverão ser testadas. Certos aspectos podem ser apontados, a título de ilustração: (I) alguns denominadores comuns em áreas metropolitanas emergentes, como as de Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA), colocam-se em posição particular no conjunto urbano considerado, marcando uma situação intermediárias entre as do Sudeste—Sul e as do Nordeste (II) no interior das áreas metropolitanas mais desenvolvidas, a maior expressividade do grupo de rendimento mensal da PEA de 200 a 401 cruzeiros caracteriza os municípios periféricos efetivamente atingidos pelo processo de metropolização, relacionando-se, via de regra, à função de núcleo industrial e/ou subúrbio-dormitório e permite distingui-los: (a) dos municípios onde a integração é ainda incipiente, caracterizados por uma forte percentagem do grupo de rendimento mensal inferior a 200 cruzeiros, o que pode ser associado, em parte, à existência de um setor primário amplo; (b) do município central, onde os grupos de rendimentos mais altos já são mais significativos; (III) diferenças de intensidade e origem (urbano ou rural) de migração a nível intra-urbano, caracterizam condições sócio-demográficas distintas dos municípios e o grau de complexidade econômica e social da área em questão; (IV) os dados referentes ao nível de instrução por certas faixas etárias leva a inferir, de modo geral, deficiências de mobilidade social, dado a elevada evasão no grau elementar e os estrangulamentos da pirâmide no ensino médio; (V) cabe, por fim, assinalar a evidência de situações de carência, associadas a índices que expressam pobreza, desigualdades sociais e grandes disparidades regionais.

Deste modo, a presente etapa dos estudos pode conduzir a uma Geografia de Problemas, visando a estabelecer uma tipologia espacial de problemas da urbanização brasileira. A classificação proposta baseou-se em evidências de necessidades da população, visto que não se alcançou ainda uma conceituação teórica desses problemas.

Assim, um primeiro resultado diz respeito a uma classificação de aglomerações e municípios, segundo a dimensão de diferentes grupos de Rendimento Mensal da PEA⁵, identificando-se situações de precariedade, situações mais favoráveis e situações intermediárias. Visando, porém, a expressar condições não só de Renda Monetária, mas de Renda

5 Os dados relativos a Rendimento Mensal da PEA figuram no anexo 2. No processo de classificação foram utilizadas as técnicas de análise fatorial e análise discriminante.

Real⁶, deverão ser consideradas outras variáveis referentes à qualidade de vida da população.

Foram, por ora, utilizados um indicador de Saneamento Básico e um de Nível de Instrução. O primeiro refere-se à percentagem de domicílios urbanos com instalações sanitárias ligadas à rede geral ou com fossa séptica; o segundo, à percentagem do grupo etário de 12 a 14 anos com curso elementar completo⁷. Para um e outro calcularam-se *scores* padronizados, estabelecendo-se classes, de acordo com os desvios em relação à média, classes essas que também permitem avaliar situações mais e menos favoráveis. As classes estão representadas por notas que variam de 7 (posição melhor) a 1 (posição inferior), correspondendo em termos de visão-padrão a: 7 (≥ 1.5 a < 2.0); 6 (≥ 1.0 a < 1.5); 5 (≥ 0.5 a < 1.0); 4 (< 0.5 a > -0.5); 3 (≤ -0.5 a > -1.0); 2 (≤ -1.0 a > -1.5); 1 (≤ -1.5 a ≥ -2.0).

Uma abordagem conceitual, no que concerne às situações de precariedade, permite assinalar que:

— no tocante aos Rendimentos Mensais da PEA, a prevalência de baixa remuneração (1 a 2 salários mínimos aproximadamente)⁸ reflete políticas de contenção salarial, a pouca qualificação da mão-de-obra, o peso expressivo do setor de atividades primárias em muitos municípios e a existência de subemprego e/ou desemprego disfarçado;

— o serviço de esgotamento corresponde a uma externalidade, positiva ou negativa, segundo sua acessibilidade à população. Condições de atendimento nesse conjunto urbano podem ser inferidas pela média muito baixa registrada pela variável (45,47%) e pelos enormes contrastes, ilustrados pelos valores extremos de 3,6% em Feira de Santana (BA) e 85,2% em Araraquara (SP). Cabe assinalar, ainda, que um mesmo nível de deficiência pode encobrir situações diferentes: em algumas unidades urbanas relaciona-se a um crescimento da população em ritmo mais rápido do que a capacidade de implantação; em outras refere-se a condições estruturais;

— o indicador de Nível de Instrução pode ser considerado como uma *proxy* de evasão escolar, quando relacionado ao grupo de 5 a 11 anos cursando o elementar. A divergência entre os dois grupos mostra que o problema não se reporta tanto à falta de escolas, como a condições que impedem grande parte da população jovem de concluir esse grau de ensino. Bastante expressivos são os contrastes encontrados nos valores dessa variável: enquanto em Americana (SP), 74,6% da população com 12-14 anos apresentou curso elementar completo, em Santarém (PA) registrou-se apenas 7,2%. Na verdade, a situação de precariedade é a um tempo efeito e causa de rendimentos baixos. Nessa dimensão estão embutidos problemas de repetência, de abandono do estudo por ingresso precoce no mercado de trabalho, de desnutrição que afeta o desenvolvimento mental da população infantil, de migrações que podem desvitalizar investimentos educacionais nos municípios de origem.

6 Considerou-se o conceito de renda real desenvolvido por David Harvey em *Social Justice and The City*, Edward Arnold, 1973, 336 p.

7 Vide anexo III

8 A classe inicial — até 200 cruzeiros mensais — corresponde, grosso modo, ao salário mínimo vigente em 1970, não tendo sido consideradas as variações regionais.

CLASSIFICAÇÃO DE AGLOMERAÇÕES URBANAS E DE MUNICÍPIOS COM CIDADES DE POPULAÇÃO ≥ 50.000 HABITANTES. SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.



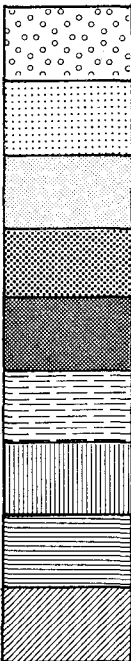
Cidades com pop. ≥ 50.000 e < 100.000 habitantes



Cidades com pop. ≥ 100.000 habitantes

----- Limites dos municípios com cidades de pop. ≥ 50.000 habitantes

———— Limites de aglomerações urbanas



Situação extremamente precária

Situação precária 1

Situação precária 2

Situação intermediária 1

Situação intermediária 2

Situação intermediária 3

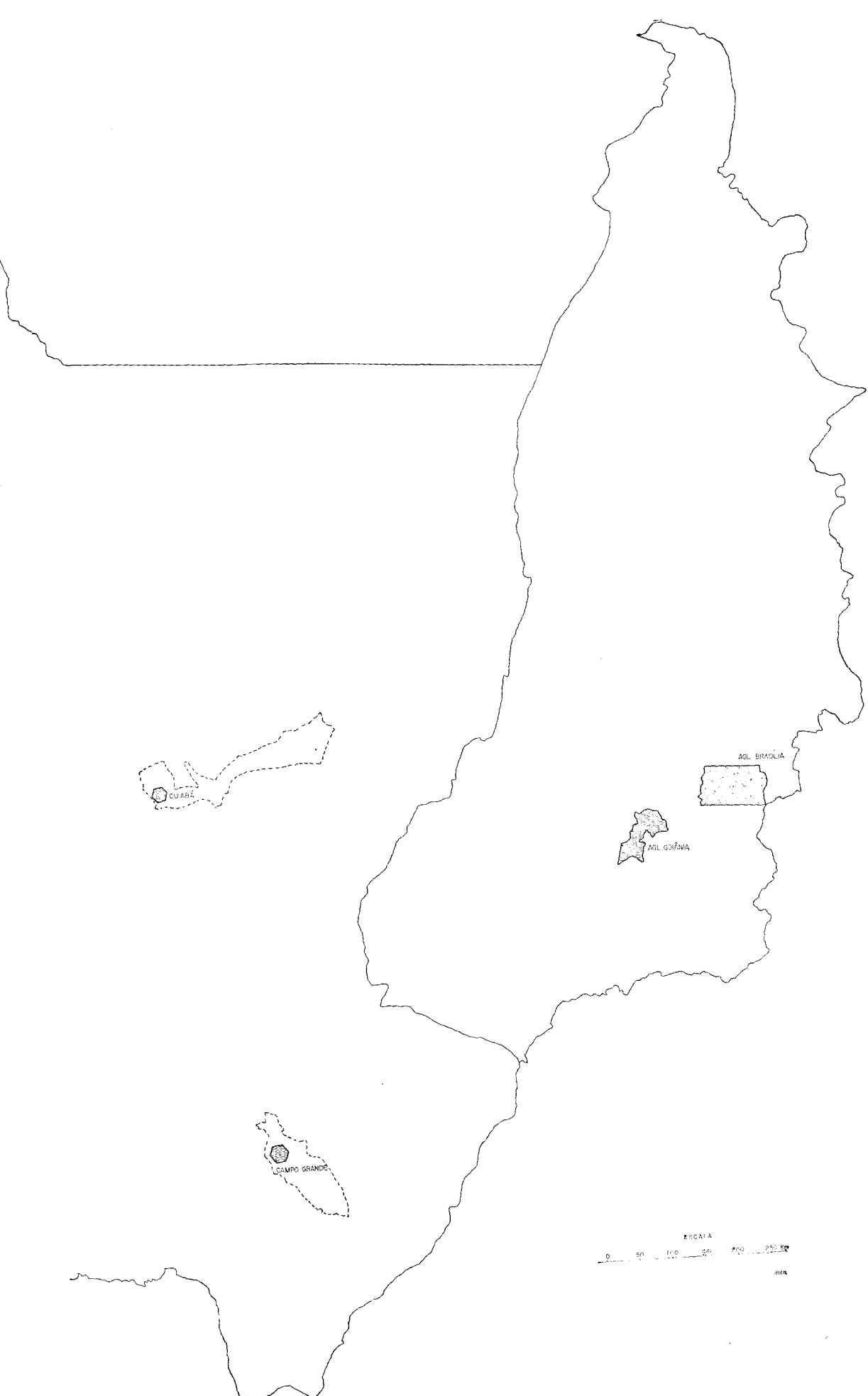
Situação favorável 1

Situação favorável 2

Situação favorável 3

/MTN





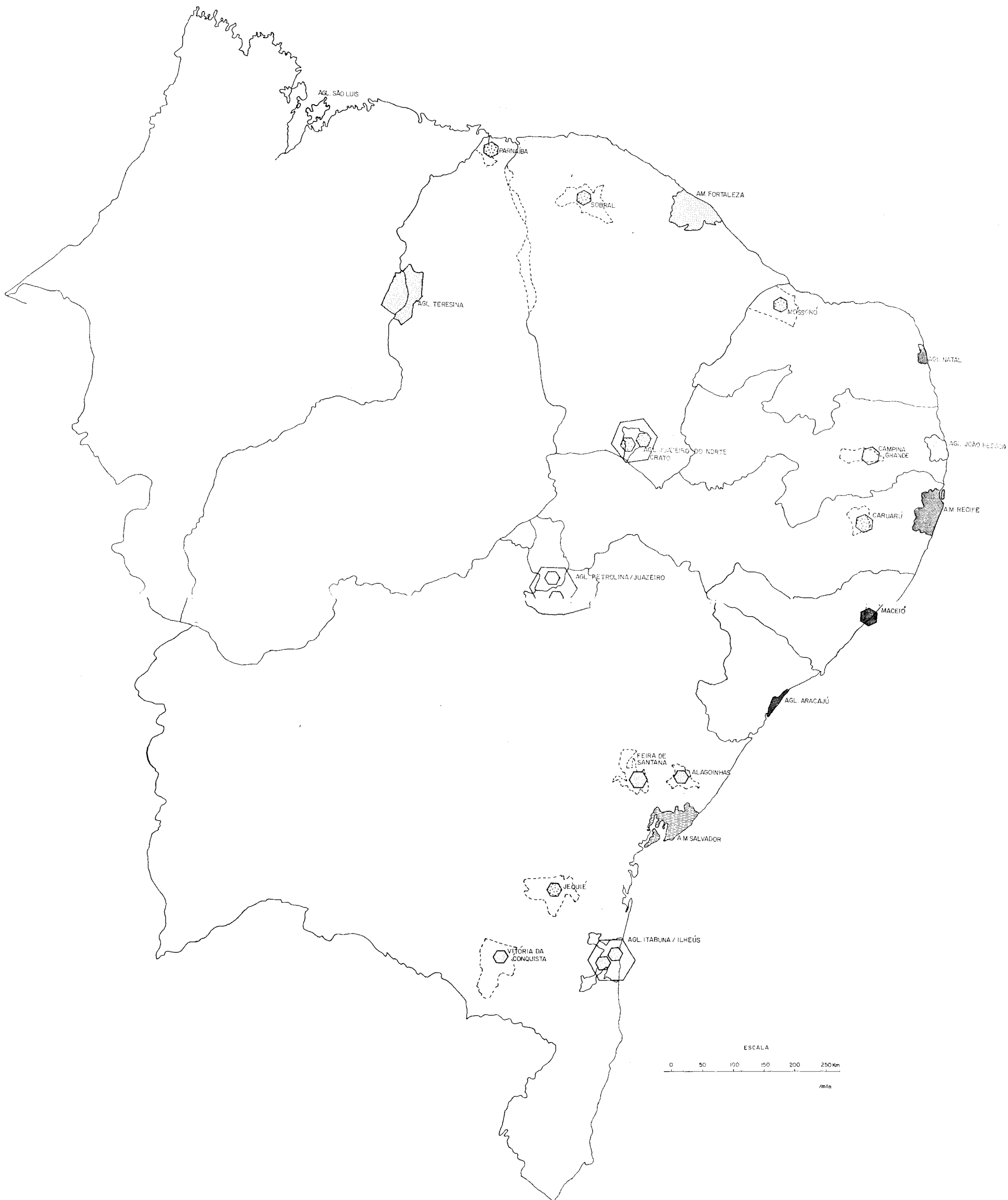
CUABÁ

AGU. GURUÁ

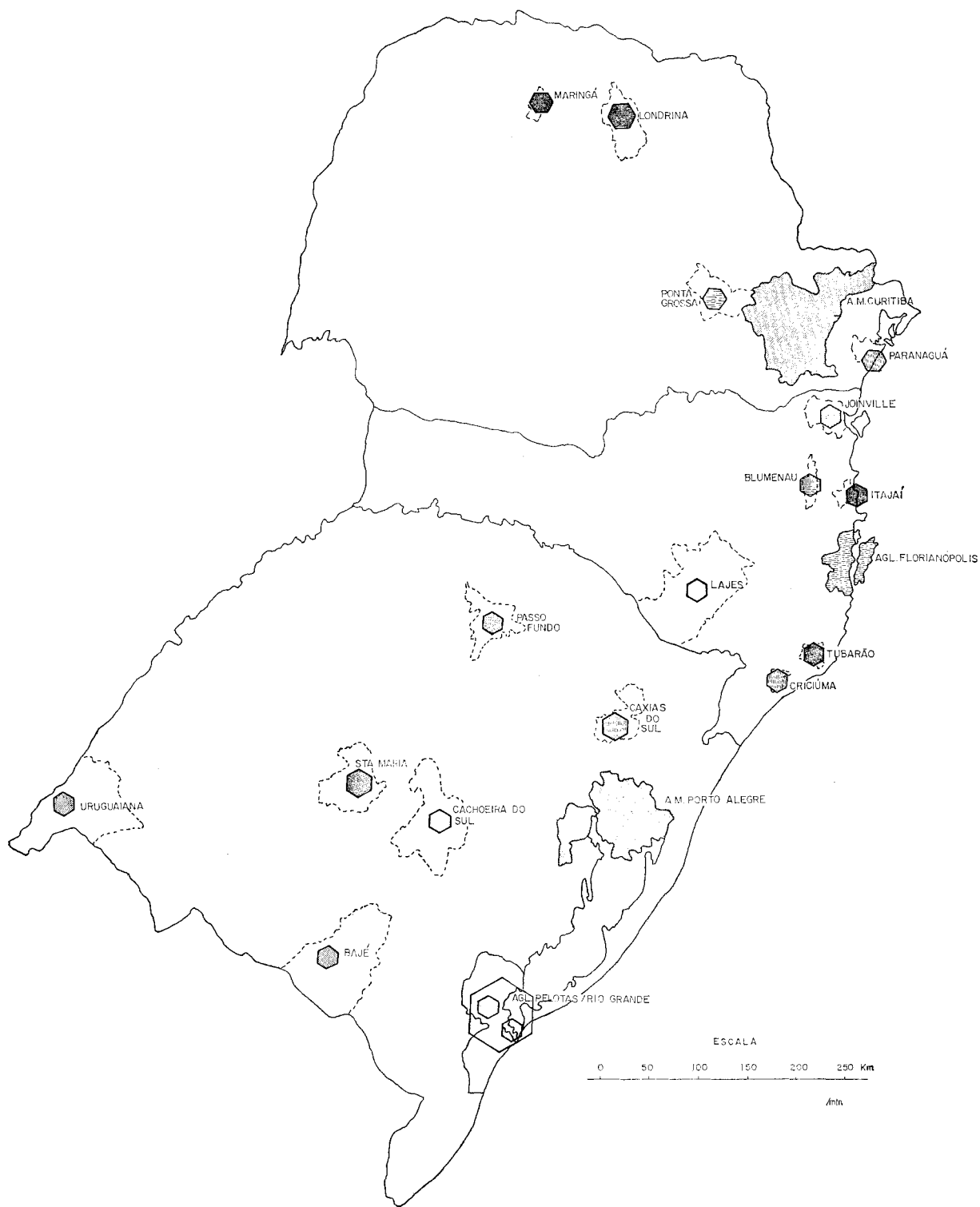
AGU. BRAGANÇA

CAMPO GRANDE

ESCALA
0 50 100 200
km







CLASSIFICAÇÃO DE AGLOMERAÇÕES URBANAS E CIDADES SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM INDICAÇÃO DA POSIÇÃO EM INFRA-ESTRUTURA (ESGOTO — E) E NÍVEL DE INSTRUÇÃO (% DO GRUPO ETÁRIO 12-14 ANOS COM CURSO ELEMENTAR COMPLETO-NI)

Foram considerados os seguintes grupos de rendimento mensal:

Grupo A: até 200 cruzeiros — valores extremos: 33,1% e 85,8%
 Grupo B: de 201 a 400 cruzeiros — valores extremos: 4,7% e 34,6%
 Grupo C: de 401 a 1.000 cruzeiros — valores extremos: 3,0% e 26,9%
 Grupo D: de 1.001 e mais cruzeiros — valores extremos: 0,5% e 9,0%.

1. SITUAÇÃO DE PRECARIEDADE

As aglomerações e cidades que compõem este tipo são as que apresentam maiores percentagens no Grupo A e menores percentagens nos demais grupos de rendimento.

Três subtipos foram identificados:

1. a — Situação Extremamente Precária (8 unidades)

Valores Característicos

Prevalência ampla, com percentagens em geral superiores a 71%, do Grupo A; apresentando os demais grupos de rendimento valores inexpressivos.

Grupo A: $\geq 71,0\%$ a $< 86,0\%$ (1)
 Grupo B: $\geq 4,0\%$ a $< 11,0\%$
 Grupo C: $\geq 3,0\%$ a $< 5,0\%$ (1)
 Grupo D: $\geq 0,5\%$ a $< 2,5\%$

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Jequié (NE)*	3	1	Moçoró (NE)	2	2	Parnaíba (NE)	2	1	Sobral (NE)	2	1
Santarém (N)*	1	1				Juazeiro do Norte/Crato (NE)	1	1			
Teófilo Otoni (SE)	3	2	Caruaru (NE)	3	2						

1. b — Situação Precária 1 (11 unidades)

Valores Característicos

Características semelhantes às do subtipo 1. a, mas com uma concentração no Grupo A um pouco menos acentuada.

Grupo A: $\geq 66,0\%$ a $< 71,0\%$ (3)
 Grupo B: $\geq 11,0\%$ a $< 15,0\%$ (1)
 Grupo C: $\geq 5,0\%$ a $\leq 9,0\%$
 Grupo D: $\geq 0,5\%$ a $< 2,5\%$ e $\geq 2,5\%$ a $< 4,0\%$

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Feira de Santana (NE)*	1	2	João Pessoa (NE)	3	2	Cachoeiro do Itapemirim (SE)	4	4	Vitória da Conquista (NE)*	1	2
Fortaleza (NE)	3	2	Montes Claros (SE)	3	3	Petrolina/Juazeiro (NE)	3	2	Terresina (NE)*	2	2
Alagoinhas (NE)	1	2	Campina Grande (NF)*	2	3						
Itabuna/Ilhéus (NE)	2	1									

1. c — Situação Precária 2 (13 unidades)

Valores Característicos

Posição ligeiramente melhor no que concerne os grupos de rendimento mais baixos; distingue-se do subtipo anterior sobretudo por uma redução do Grupo A e um aumento do Grupo B.

Grupo A: $\geq 58,0\%$ a $< 66,0\%$ (3)
 Grupo B: $\geq 15,0\%$ a $< 20,0\%$ (2)
 Grupo C: $\geq 5,0\%$ a $\leq 9,0\%$ e $> 9,0\%$ a $< 12,0\%$
 Grupo D: $\geq 2,5\%$ a $< 4,0\%$ (2)

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Pelotas/R. Grande (S)	4	4	Cachoeira do Sul (S)	3	3	Sete Lagoas (SE)	4	4	Uberaba (SE)*	4	4
Terresópolis (SE)*	5	2	São Luís (NE)	3	4	Divinópolis (SE)*	4	4	Gov. Valadares (SE)*	4	3
Lajes (S)	2	3	Barbacena (SE)	5	4	Nova Friburgo (SE)	6	3	Campos (SE)*	5	2
Francia (SE)	4	5									

() Número de aglomerações cujos valores para o grupo de rendimento não se enquadram exatamente nos limites indicados.

* Aglomerações com divergências.

2. SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Caracteriza-se, em geral, por uma melhoria na posição dos Grupos B, C e D. Segundo a dimensão alcançada por estes grupos de rendimento, três subtipos foram identificados:

2.a — Situação Intermediária 1 (9 unidades)

Valores Característicos

Dentro da situação intermediária, as aglomerações e cidades que compõem este subtipo correspondem às de menor dimensão nos Grupos B e C.

Grupo A: $\geq 58,0\%$ a $< 66,0\%$

Grupo B: $\geq 15,0\%$ a $< 20,0\%$

Grupo C: $> 9,0\%$ a $< 12,0\%$

Grupo D: $\geq 4,0\%$ a $\leq 4,5\%(1)$

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Recife (NE)*	3	3	Juiz de Fora (SE)	6	5	Maceió (NE)	4	4	Barretos (SE)	5	6
Uberlândia (SE)	5	4	Natal (NE)	4	3	Aracaju (NE)	4	3	Bajé (S)	4	4
Uruguaiana (S)	3	4									

2.b — Situação Intermediária 2 (11 unidades)

Valores Característicos

Distingue-se do subtipo anterior por percentagens mais altas nos Grupos B e C.

Grupo A: $\geq 50,0\%$ a $< 58,0\%(4)$

Grupo B: $\geq 15,0\%$ a $< 20,0\%$ e
 $\geq 20,0\%$ a $< 25,0\%$

Grupo C: $\geq 12,0\%$ a $\leq 15,0\%(1)$

Grupo D: $\geq 2,5\%$ a $< 4,0\%$ e
 $\geq 4,0\%$ a $< 6,5\%$

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Pres. Prudente (SE)*	4	6	Maringá (S)*	3	5	Marília (SE)	4	6	Guaratinguetá (SE)*	6	5
Sta. Maria (S)	4	4	Tubarão (S)*	3	5	Passo Fundo (S)	3	4			
Taubaté (SE)*	4	6	Londrina (S)	5	4	Araçatuba (SE)	5	4			
			Itajaí (S)	3	5						

2.c — Situação Intermediária 3 (12 unidades)

Valores Característicos

Caracteriza-se por percentagens mais altas no Grupo D.

Grupo A: $\geq 50,0\%$ a $< 58,0\%(2)$

Grupo B: $\geq 20,0\%$ a $< 25,0\%(2)$

Grupo C: $\geq 12,0\%$ a $\leq 15,0\%(4)$

Grupo D: $\geq 4,5\%$ a $< 6,5\%$

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Belo Horizonte (SE)	4	5	Vitória (SE)*	4	4	Ponta Grossa (S)	3	5	Goiânia (CO)*	4	4
S. José do Rio Preto (SE)*	7	7	Florianópolis (S)*	4	4	Belém (N)	3	3	Poços de Caldas (SE)*	5	5
Campo Grande (CO)	3	4	São Carlos (SE)	6	6						
Salvador (NE)	3	3	Cuiabá (CO)*	3	4						

3. SITUAÇÃO MAIS FAVORÁVEL

As aglomerações e cidades que compõem este tipo figuram entre as que apresentam maiores percentagens nos Grupos B e C e menores percentagens no Grupo A. Três subtipos podem ser distinguidos.

3.a — Situação Favorável 1 (9 unidades)

Valores Característicos

Dentro da situação mais favorável, constitui o subtipo de mais altas percentagens no Grupo A e menores nos Grupos B e C.

Grupo A: $\geq 50,0\%$ a $< 55,0\%$ (3)
 Grupo B: $\geq 20,0\%$ a $< 25,0\%$ e
 $\geq 25,0\%$ a $< 35,0\%$
 Grupo C: $\geq 12,0\%$ a $\leq 15,0\%$ e
 $> 15,0\%$ a $< 27,0\%$ (2)
 Grupo D: $\geq 2,5\%$ a $< 4,0\%$ e
 $\geq 4,0\%$ a $< 6,5\%$ (1)

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Blumenau (S)*	4	6	Rio Claro (SE)	7	7	Piracicaba (SE)	7	6	Limeira (SE)	6	7
Araraquara (SE)	4	6	Manaus (N)	3	3	Joinville (S)*	4	7	Macapá (N)*	1	3
Ribeirão Preto (SE)	7	6									

3.b — Situação Favorável 2 (10 unidades)

Valores Característicos

Ao lado do subtipo 3.a, caracteriza-se por percentagens menores no Grupo D.

Grupo A: $> 30,0\%$ a $< 50,0\%$
 Grupo B: $\geq 25,0\%$ a $< 35,0\%$ (2)
 Grupo C: $> 15,0\%$ a $< 27,0\%$ (2)
 Grupo D: $\geq 2,5\%$ a $< 4,0\%$ e
 $\geq 4,0\%$ a $< 6,5\%$ (1)

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
Barra Mansa/V.			S. José dos Cam-			Paranaguá (S)	4	4	Ipatinga (SE)	4	4
Redonda (SE)	5	4	pos (SE)*	5	5	Americana (SE)*	7	7	Criciúma (S)*	3	4
Sorocaba (SE)	7	6	Caxias do Sul (S)	6	4						
Bauru (SE)*	6	6									
Jundiaí (SE)	5	6									

3.c — Situação Favorável 3 (7 unidades)

Valores Característicos

Destacam-se as aglomerações que compõem este subtipo, em relação ao conjunto, por menores percentagens no Grupo A e maiores percentagens nos Grupos B, C e D.

Grupo A: $> 30,0\%$ a $< 50,0\%$
 Grupo B: $\geq 25,0\%$ a $< 35,0\%$
 Grupo C: $> 15,0\%$ a $< 27,0\%$
 Grupo D: $\geq 6,5\%$ a $\leq 9,0\%$

AGLOMERAÇÕES E CIDADES

	E	NI		E	NI		E	NI		E	NI
São Paulo (SE)	5	6	Rio de Janeiro			Brasília (CO)	4	4	Porto Alegre (S)	4	4
Santos (SE)	7	6	(SE)	5	4	Campinas (SE)	7	6	Curitiba (S)	4	5

Conclusões — Constata-se que: — os fenômenos de metropolização e de aglomeração urbana apresentam fortes diferenças inter-regionais, fazendo ressaltar a grande concentração espacial da renda no Sudeste, a precariedade da Região Nordeste e as condições intermediárias do Sul;

— em termos de Rendimentos Mensais da PEA, as áreas metropolitanas mostram, em geral, posições melhores do que as dos subconjuntos urbanos das respectivas regiões;

— em termos de infra-estrutura o mesmo não ocorre. No Sudeste um grupo de aglomerações e municípios com cidades acima de 50.000 habitantes mostra condições superiores às das áreas metropolitanas;

— diferenciações intra-regionais podem ser ilustradas pela observação da área mais desenvolvida do País, o Sudeste; unidade do eixo São Paulo—Rio de Janeiro e do Estado paulista apresentam geralmente padrões superiores de renda, que as distinguem dentro daquela macrorregião.

Essas observações nos levam a reflexões e a apontar alguns dos questionamentos que cabe colocar em torno de estudos geográficos de Política Urbana no Brasil.

Um dos problemas seria o de avaliar efeitos dos processos de concentração urbana que se verificam no País, particularmente os da metropolização. Até que ponto as principais aglomerações se caracterizam como focos de desenvolvimento e/ou centros de crescimento? Nessa mesma ordem de idéias, até que ponto objetivos de desenvolvimento podem ser ou têm-se identificado com a difusão espacial da urbanização? De que modo avaliar o papel da terciarização da economia no caso brasileiro?

Por fim, cabe igualmente assinalar que esse trabalho deve ser enquadrado em perspectivas teóricas:

— na do Planejamento Urbano, que envolve questões complexas, nas suas implicações teóricas e ideológicas;

— na da Urbanização Brasileira, cujo caráter específico carece ainda de investigação mais profunda. A esse respeito cabem as observações de B. Berry em um de seus últimos livros, *The Human Consequences of Urbanization*⁹, quando chama a atenção para o fenômeno da urbanização no Terceiro Mundo. Diz-nos ele que o amontoamento de população na periferia dos grandes centros se constitui certamente em novas formas urbanas, nas quais emergem novas formas políticas.

9 Brian J. L. Berry — *The Human Consequences of Urbanization — Divergent Paths in the Urban Experience of the Twentieth Century*. The Macmillan Press Ltd, 1973, 205 p.

ANEXO 1

LISTA DE VARIÁVEIS

A — SETOR DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. Percentagem da PEA no setor primário.
2. Percentagem da PEA na construção civil.
3. Percentagem da PEA em indústria de transformação, extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública.
4. Percentagem da PEA no comércio de mercadorias.
5. Percentagem da PEA na prestação de serviços.
6. Percentagem da PEA em outras atividades do setor terciário (transportes, comunicações, armazenagem, atividades sociais, administração pública e outras atividades).

B — RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

7. Percentagem da PEA com rendimento mensal até 200 cruzeiros.
8. Percentagem da PEA com rendimento mensal de 201 a 400 cruzeiros.
9. Percentagem da PEA com rendimento mensal de 401 a 1.000 cruzeiros.
10. Percentagem da PEA com rendimento mensal de 1.001 a 2.000 cruzeiros.
11. Percentagem da PEA com rendimento mensal de 2.001 e mais cruzeiros.
12. Percentagem da PEA sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.
13. Percentagem da PEA em relação ao total da população de 10 anos e mais.

C — ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

14. Percentagem da população no grupo etário 0-14 anos.
15. Percentagem da população no grupo etário 15-49 anos.
16. Percentagem da população no grupo etário de 50 anos e mais.

D — NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS

17. Percentagem da população de 5 anos e mais que não sabe ler nem escrever.
18. Percentagem da população de 5 a 11 anos cursando o elementar.

19. Percentagem da população de 12 a 14 anos com curso elementar completo.
20. Percentagem da população de 15 a 24 anos cursando o curso médio.
21. Percentagem da população de 15 a 24 anos cursando o curso superior.
22. Percentagem da população de 25 anos e mais com curso médio completo.
23. Percentagem da população de 25 anos e mais com curso superior completo.

E — POPULAÇÃO E MIGRANTES SEGUNDO A ORIGEM

24. Percentagem da população urbana em relação à população total.
25. Percentagem da população não natural do município onde reside, de origem urbana, com tempo de permanência até 5 anos em relação à população total.
26. Percentagem da população não natural do município onde reside, de origem rural, com tempo de permanência até 5 anos em relação à população total.
27. Percentagem da população não natural do município onde reside, de origem urbana, com tempo de permanência até 5 anos em relação à população não natural do município onde reside, com tempo de permanência até 5 anos.

F — CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (foram considerados separadamente domicílios urbanos e domicílios rurais)

28. Percentagem de domicílios com iluminação elétrica.
29. Percentagem de domicílios com abastecimento d'água pela rede geral.
30. Percentagem de domicílios com abastecimento d'água por poço ou nascente com canalização interna.
31. Percentagem de domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral.
32. Percentagem de domicílios com fossa séptica.
33. Percentagem de domicílios duráveis.
34. Percentagem de domicílios cujos moradores possuem automóvel.
35. Percentagem de domicílios com televisão.
36. Percentagem de domicílios com geladeira.
37. Percentagem de domicílios com fogão a gás, elétrico, óleo ou querosene.

FONTE: Censo Demográfico — 1970, IBGE.

ANEXO II

Rendimento da população economicamente ativa

% PEA segundo grupos de rendimento mensal (cruzeiros)

	Até 200	201-400	401-1.000	1.001 e Mais
A — ÁREAS METROPOLITANAS				
São Paulo	33,1	28,0	25,1	9,0
Rio de Janeiro	38,6	27,2	20,8	8,5
Belo Horizonte	51,7	24,0	13,6	6,2
Recife	59,1	18,6	9,6	4,6
Salvador	55,5	20,2	12,7	6,1
Porto Alegre	44,7	26,9	17,6	7,0
Curitiba	43,9	27,4	16,5	7,0
Fortaleza	69,4	13,2	8,1	3,4
Belém	56,4	21,5	12,3	4,9
Total (9)	41,4	25,8	19,9	7,8
REGIÕES				
Norte (1)	56,4	21,5	12,3	4,9
Nordeste (3)	60,6	17,7	10,1	4,8
Sudeste (3)	36,9	27,3	22,4	8,6
Sul (2)	44,4	27,1	17,2	7,0
Centro-Oeste (-)	—	—	—	—

B — AGLOMERAÇÕES ABAIXO DO NÍVEL METROPOLITANO

Goiânia	58,3	20,0	12,1	5,3
Brasília	38,4	29,7	18,2	8,3
Santos	34,4	26,8	26,9	7,4
Campinas	42,9	26,4	18,7	6,9
Vitória	57,6	19,6	14,4	5,5
João Pessoa	70,6	11,7	7,1	3,0
São Luís	63,7	18,7	8,2	3,1
Natal	64,0	16,4	10,9	4,5
Teresina	76,4	10,2	5,8	2,5
Florianópolis	54,5	23,2	11,2	5,1
Sorocaba	41,6	29,7	18,4	4,1
Jundiaí	43,6	27,4	19,8	4,2
Aracaju	64,6	17,6	10,0	4,3
Barra Mansa — V. Redonda	42,7	25,1	21,7	5,2
S. José dos Campos	46,6	24,8	18,3	5,9
Guaratinguetá	58,5	17,5	14,6	3,9
Taubaté	54,1	18,3	16,9	4,8

Anexo II (cont.)

	Até 200	201-400	401-1.000	1.001 e Mais
Ipatinga	48,8	27,4	16,8	3,5
Americana	44,2	34,6	14,1	3,2
Petrolina — Juazeiro	68,1	14,2	5,1	1,2
Itabuna — Ilhéus	68,6	14,0	6,6	2,9
Pelotas — Rio Grande	59,9	19,3	10,4	3,2
Juazeiro do Norte — Crato	80,8	5,6	3,7	0,9
Total (23)	52,7	21,9	15,0	5,1
REGIÕES				
Norte (—)	—	—	—	—
Nordeste (8)	69,2	13,8	7,4	3,0
Sudeste (11)	44,2	25,5	19,9	5,8
Sul (2)	57,9	20,8	10,7	3,9
Centro-Oeste (2)	47,7	25,2	15,4	7,0

C — MUNICÍPIOS COM CIDADES DE 50 MIL OU MAIS HABITANTES

Manaus	53,4	25,4	13,5	5,0
Maceió	63,9	18,0	9,6	4,3
Juiz de Fora	62,4	18,2	10,7	4,3
Ribeirão Preto	53,6	22,9	15,1	5,3
Campina Grande	68,4	10,3	6,6	2,2
Londrina	52,2	20,2	11,7	4,5
Campos	68,2	17,2	6,7	1,9
Campo Grande	55,1	21,7	14,0	5,7
Feira de Santana	58,1	13,8	6,1	3,0
Piracicaba	51,8	23,4	15,1	4,5
Governador Valadares	69,6	13,9	9,3	2,9
Santa Maria	50,5	20,5	14,4	5,3
Bauru	45,5	23,5	20,0	5,7
Uberlândia	62,0	17,4	11,7	4,3
São José do Rio Preto	53,7	19,6	16,1	5,6
Uberaba	68,5	15,6	9,3	3,5
Caxias do Sul	42,8	30,3	15,5	4,3
Caruaru	75,6	9,0	4,8	1,1
Ponta Grossa	55,4	21,3	13,2	4,5
Presidente Prudente	49,2	20,8	15,0	5,2
Franca	65,5	18,1	11,3	3,0
Blumenau	49,6	29,8	13,0	4,7
Araçatuba	56,0	17,0	13,5	4,3
Cuiabá	55,9	22,4	11,1	5,3
Araraquara	50,4	23,2	16,6	4,8

Anexo II (cont.)

Vitória da Conquista	71,6	12,5	5,8	1,7
Lajes	61,5	19,0	9,6	2,9
Montes Claros	70,5	13,6	6,9	2,4
Joinville	49,6	30,6	11,0	3,3
Moçoró	72,3	8,3	4,5	1,0
Limeira	53,6	26,2	12,8	3,7
São Carlos	56,2	21,5	13,6	4,7
Marília	54,7	17,1	13,6	4,4
Divinópolis	65,5	16,4	11,3	2,1
Rio Claro	52,3	24,1	15,4	4,5
Passo Fundo	54,5	20,5	12,2	3,9
Teófilo Ottoni	76,0	9,0	4,9	1,5
Jequié	71,5	10,9	5,5	1,1
Sete Lagoas	65,5	16,7	9,9	3,2
Uruguaiana	61,7	18,4	11,3	4,1
Cachoeiro do Itapemirim	69,9	13,1	6,8	1,5
Barbacena	63,6	17,5	9,0	3,0
Parnaíba	76,2	7,9	4,1	1,2
Bajé	64,3	15,4	11,2	4,0
Itajaí	54,0	22,6	12,7	3,1
Alagoinhas	68,5	13,4	9,0	2,1
Teresópolis	59,8	20,8	8,8	2,5
Barretos	65,4	15,9	11,5	4,0
Sobral	85,8	4,7	3,1	0,6
Poços de Caldas	61,4	20,7	11,2	4,5
Maringá	47,4	22,7	12,4	4,1
Paranaguá	42,8	33,2	17,3	2,7
Macapá	55,1	28,4	11,7	2,4
Tubarão	45,8	22,4	14,3	2,7
Santarém	61,6	10,1	3,0	0,5
Criciúma	45,5	29,9	14,0	2,3
Cachoeira do Sul	61,6	16,3	9,4	3,1
Nova Friburgo	64,8	17,0	8,9	2,7
Total (58)	59,6	18,8	10,9	3,6
REGIÕES				
Norte (3)	55,9	21,7	10,4	3,3
Nordeste (10)	69,2	11,8	6,3	2,2
Sudeste (27)	60,4	18,7	11,7	3,8
Sul (16)	52,3	23,1	12,6	4,0
Centro-Oeste (2)	55,5	22,0	12,9	5,5

FONTE: Censo Demográfico — 1970, IBGE.

ANEXO III

Saneamento Básico

Nível de Instrução

	Saneamento Básico	Nível de Instrução	
	% de Domicílios Particulares Urbanos com Instalações Sanitárias Ligadas à Rede Geral ou com Fossa Séptica	% da População de 5 a 11 Anos Cursando o Elementar	% da População de 12 a 14 Anos com Elementar Completo

A — ÁREAS METROPOLITANAS

São Paulo	59,4	64,0	65,2
Rio de Janeiro	63,5	69,4	41,5
Belo Horizonte	44,7	62,8	51,5
Recife	31,4	61,8	28,5
Salvador	30,4	68,5	29,1
Porto Alegre	54,6	67,6	43,6
Curitiba	51,1	62,5	53,7
Fortaleza	25,6	57,8	20,7
Belém	29,3	71,6	25,3
TOTAL (9)	54,5	65,6	47,3

REGIÕES

Norte (1)	29,3	71,6	25,3
Nordeste (3)	29,7	62,7	26,6
Sudeste (3)	59,9	66,1	53,6
Sul (2)	53,5	65,7	47,2
Centro-Oeste (-)	—	—	—

B — AGLOMERAÇÕES ABAIXO DO NÍVEL METROPOLITANO

Goiânia	42,7	61,5	37,3
Brasília	47,5	62,6	40,5
Santos	78,9	65,7	61,6
Campinas	79,8	63,7	65,1
Vitória	50,8	63,8	49,3
João Pessoa	30,2	54,7	23,7
São Luís	26,6	65,8	39,4
Natal	42,2	62,1	25,5
Teresina	20,0	51,4	18,6
Florianópolis	47,2	63,7	50,1
Sorocaba	75,9	64,9	67,5
Jundiaí	65,0	64,1	65,7
Aracaju	40,8	65,9	30,4

Anexo III (cont.)

	Saneamento Básico	Nível de Instrução	
	% de Domicílios Particulares Urbanos com Instalações Sanitárias Ligadas à Rede Geral ou com Fossa Séptica	% da População de 5 a 11 Anos Cursando o Elementar	% da População de 12 a 14 Anos com Elementar Completo
Barra Mansa-V. Redonda	63,5	71,5	34,7
S. José dos Campos	59,1	60,0	51,9
Guaratinguetá	67,7	61,4	58,3
Taubaté	51,0	62,8	61,0
Ipatinga	46,2	57,7	36,6
Americana	76,0	65,4	74,6
Petrolina—Juazeiro	31,4	48,9	17,0
Itabuna—Ilhéus	16,8	50,4	14,2
Pelotas—Rio Grande	47,2	66,4	37,0
Juazeiro do Norte—Crato	11,0	40,5	11,6
TOTAL (23)	53,6	61,4	42,6
REGIÕES			
Norte (-)	—	—	—
Nordeste (8)	28,8	56,0	23,8
Sudeste (11)	69,1	64,1	56,9
Sul (2)	47,1	65,1	42,7
Centro-Oeste (2)	45,2	62,0	38,8

C — MUNICÍPIOS COM CIDADES DE 50 MIL OU MAIS HABITANTES

Manaus	29,4	64,2	26,7
Maceió	41,2	63,2	35,6
Juiz de Fora	66,3	65,3	56,4
Ribeirão Preto	80,9	62,8	64,9
Campina Grande	23,1	55,0	23,8
Londrina	56,3	59,7	42,0
Campos	59,3	64,7	22,5
Campo Grande	34,2	60,9	37,2
Feira de Santana	3,6	53,1	19,8
Piracicaba	83,4	62,2	67,0
Governador Valadares	36,1	53,9	28,4
Santa Maria	42,4	67,3	35,7
Bauru	68,3	65,4	66,8
Uberlândia	57,4	62,2	41,0
S. José do Rio Preto	77,6	66,6	69,6
Uberaba	45,4	66,2	43,0
Caxias do Sul	67,9	68,5	42,7
Caruaru	33,7	56,9	22,8

Anexo III (cont.)

	Saneamento Básico	Nível de Instrução	
	% de Domicílios Particulares Urbanos com Instalações Sanitárias Ligadas à Rede Geral ou com Fossa Séptica	% da População de 5 a 11 Anos Cursando o Elementar	% da População de 12 a 14 Anos com Elementar Completo
Ponta Grossa	34,8	63,3	54,3
Presidente Prudente	36,3	64,0	64,7
Franca	53,2	65,8	59,9
Blumenau	53,0	64,1	66,7
Araçatuba	58,4	60,6	57,3
Cuiabá	33,5	62,2	38,0
Araraquara	85,2	64,0	68,2
Vitória da Conquista	14,5	42,1	15,1
Lajes	24,9	56,4	32,5
Montes Claros	34,7	62,1	32,6
Joinville	47,9	59,7	69,5
Moçoró	15,9	53,2	16,7
Limeira	71,0	61,0	71,3
São Carlos	74,5	62,5	68,8
Marília	53,6	63,8	64,7
Divinópolis	50,4	60,2	44,2
Rio Claro	81,3	64,5	73,2
Passo Fundo	34,1	68,7	36,5
Teófilo Ottoni	29,3	41,0	18,6
Jequié	25,8	38,1	14,6
Sete Lagoas	44,0	66,7	46,8
Uruguaiana	26,1	64,3	38,4
Cachoeiro do Itapemirim	54,1	64,9	40,8
Barbacena	58,2	62,2	47,1
Parnaíba	17,3	49,7	10,5
Bajé	50,4	65,1	36,3
Itajaí	33,3	61,3	57,8
Alagoinhas	11,8	54,5	23,6
Teresópolis	59,1	58,7	19,5
Barretos	59,9	62,0	60,6
Sobral	20,6	33,2	9,3
Poços de Caldas	63,9	60,5	51,7
Maringá	34,8	61,1	51,5
Paranaguá	43,8	62,2	44,8
Macapá	14,0	61,9	30,0
Tubarão	32,5	62,9	53,6
Santarém	6,2	56,7	7,2
Criciúma	26,3	62,2	42,5
Cachoeira do Sul	35,1	59,8	27,6
Nova Friburgo	74,9	70,8	29,5
TOTAL (58)	47,1	60,1	40,1
REGIÕES			
Norte (3)	24,0	61,8	22,0
Nordeste (10)	24,0	51,7	21,3
Sudeste (27)	62,1	62,2	48,7
Sul (16)	42,8	62,7	45,0
Centro-Oeste (2)	34,0	61,4	37,6